

Um passeio pela história da Geolinguística no Brasil: do artesanal ao tecnológico

Vanderci de Andrade **AGUILERA***
Jacyra de Andrade **MOTA****

*Doutorado em Letras Assis pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990). Professora Sênior do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem - UEL. vanderci@uel.br

**Doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura - UFBA. jacymota@ufba.br

Resumo:

O artigo tem como objetivo trazer à reflexão alguns aspectos da história da Geolinguística no Brasil no que tange às técnicas empregadas na elaboração de atlas monodimensionais, bidimensionais e pluridimensionais ao longo de meio século. No primeiro grupo, trata-se do Atlas Prévio dos Falares Baianos -APFB (Rossi, 1963), do Esboço de um Atlas de Minas Gerais - EALMG (Ribeiro *et al.*, 1977), do Atlas Linguístico da Paraíba-ALPB (Aragão; Menezes, 1984) e do Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil-ALERS (Koch; Altenhofen; Klassman, 2002 e Altenhofen; Klassman, 2011). Dentre os Atlas bidimensionais, aborda-se o Atlas Linguístico de Sergipe-ALS (Ferreira *et al.*, 1987), o Atlas Linguístico de Sergipe-ALS II (Cardoso, 2005) e do Atlas Linguístico do Paraná - ALPR (Aguilera, 1994) e Atlas Linguístico do Paraná II – ALPR II (Altino, 2007). No terceiro grupo, o dos atlas pluridimensionais, analisam-se os avanços tecnológicos refletidos na elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso *et al.*, 2014) e na dos demais atlas que o sucederam sob a inspiração do atlas nacional. Dessa forma, espera-se demonstrar as múltiplas dificuldades, mas também as possibilidades, do fazer geolinguístico ao longo da história desse ramo da Dialetologia em nosso país.

Palavras-chave:

Geolinguística brasileira. História. Técnicas.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v.26, n.3, p.15-30, dezembro. 2023

Recebido em: 05/10/23

Aceito em: 14/02/24

Um passeio pela história da Geolinguística no Brasil: do artesanal ao tecnológico

Vanderci de Andrade Aguilera
Jacyrá de Andrade Mota

INTRODUÇÃO

O artigo inicia com a apresentação da metodologia idealizada pelos precursores da Geolinguística no Brasil, no período de 1953 a 1963, no que se refere aos objetivos do atlas a ser elaborado, à escolha das localidades, à definição do perfil do informante, aos instrumentos de coleta de dados, à pesquisa de campo, ao armazenamento dos dados e à construção das cartas linguísticas. Na sequência, descrevem-se e analisam-se as práticas adotadas na construção dos primeiros atlas estaduais, iniciando pelo Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (Rossi, 1963), encerrando com as inovações metodológicas e tecnológicas preconizadas pelo Atlas Linguístico do Brasil (Comitê Nacional..., 2001; Cardoso *et al.*, 2014) e as reverberações desses procedimentos na elaboração de outros atlas de pequeno e de médio porte.

1 A GEOLINGUÍSTICA NO BRASIL: ETAPAS INICIAIS

A publicação do 1º. fascículo do *Atlas Linguistique de la France*, em 1902 — o acontecimento mais importante na história da geografia linguística — nas palavras de Pop (1950, p. XLIV)¹, vai dar início aos levantamentos sistemáticos fornecidos por pesquisas realizadas *in loco*, em diversos países, com vistas à elaboração de atlas linguísticos².

No Brasil, 50 anos depois, a publicação do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, especifica, em seu Art. 3º. como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, então criada, a “elaboração do atlas linguístico do Brasil”, fato que marcaria, segundo Cardoso e Ferreira (1994, p. 44), o início de uma terceira fase na história da Dialetoлогия brasileira, caracterizada “pelo início das preocupações com o desenvolvimento e implementação dos estudos de geografia linguística no Brasil”.

A partir daí, vários pesquisadores, direta ou indiretamente, vão contribuir para o desenvolvimento da Geolinguística no país, com atividade docente voltada à área dialetológica, publicações e participações nos Congressos então realizados.

No 3º. Colóquio Internacional de estudos luso-brasileiros, Serafim da Silva Neto e Celso Ferreira da Cunha propõem a elaboração de sete atlas linguístico-etnográficos, distribuídos pelas sete áreas culturais brasileiras propostas por Diégues Jr. (1960) — Amazônica, Nordeste Litoral,

¹ Cf. Sever Pop, *La Dialectologie*: «En 1902 se produit l'événement le plus important dans l'histoire de la géographie linguistique : J. Gillieron publie le premier fascicule de l'Atlas linguistique de la France. La méthode de cette oeuvre a été examinée en détail, puisqu'elle a servi de modèle à plusieurs atlas publiés ultérieurement.» (1950, p. 113-136).

² Teixeira (1938), descreve o falar mineiro em seus aspectos fonético, lexical, morfológico e sintático. Em 1944, publicou *Dialetoлогия Portuguesa: a linguagem de Goiás*, na qual inseriu o esboço de cinco cartas sobre fenômenos fonéticos recorrentes na linguagem de Goiás. Tais esboços de cartas, embora bastante rústicos, são uma prova incontestada do primeiro esforço de demonstrar a variação do /l/ em coda no Português Brasileiro no falar goiano, com os recursos da Geolinguística.

Nordeste Mediterrâneo, Planalto, Centro-Oeste, Centro-Leste, Extremo Sul — que seriam depois reunidos em um Atlas Linguístico do Brasil.

Em 1958, Antenor Nascentes, como membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, publica o 1º. volume de *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*³, obra em que expõe as iniciativas a serem tomadas pela Comissão de Filologia e trata dos aspectos metodológicos que deveriam ser contemplados no levantamento de dados (referentes ao questionário linguístico, à seleção de localidades, à transcrição fonética) e as indicações necessárias à estruturação dos encarregados, de modo a viabilizar uma pesquisa dessa natureza.

No início do 1º. volume, assim se pronuncia:

Depois de Gilliéron, o fundador da geografia lingüística, nenhum verdadeiro estudioso da filologia nega o valor dos atlas lingüísticos nem o seu caráter de indispensáveis. [...]. O Brasil precisa ter o seu atlas que não será mais do que o complemento do de Portugal⁴ em vias de acabamento (Nascentes, 1958, p. 7).

E, ao tratar dos primeiros esforços empreendidos pela Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, procura relatar a situação sociocultural do País, com relação aos estudos dialetológicos, na primeira metade do século passado, no trecho:

Desempenhando o seu encargo, a Comissão fêz uma tentativa em 1954, contratando o professor Sever Pop para dar um curso sobre o assunto, mas o curso do professor Pop não produziu os resultados esperados. Houve grande desinteresse por parte do elemento masculino, só dois estudantes de Faculdade de Filosofia compareceram, sendo o resto do auditório constituído por senhoras e senhoritas. Ora, para as tarefas de colheita de material, as mulheres são menos adequadas do que os homens, porque num país como o nosso teriam dificuldades de locomoção e de alojamento que elas muitas vêzes não poderiam vencer (Nascentes, 1958, p. 7).

A seguir, especifica os procedimentos a serem seguidos pela Comissão de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa, responsável pelo empreendimento: “*A Comissão nomeará um superintendente dos trabalhos. Êste por sua vez escolherá os encarregados das regiões e os encarregados das regiões formarão suas equipes*” (Nascentes, 1958, p. 8).

Considerando a extensão do País e as dificuldades de comunicação, concorda, apesar de não a considerar ideal, com a proposta de realizar-se um Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil por regiões, formulada em 1957, no 3º. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, por Celso Cunha e Serafim da Silva Neto, observando:

Embora seja de tôda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los ao atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto e, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação (Nascentes, 1958, p. 7).

Serafim da Silva Neto desempenhou importante função docente, não só na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, como catedrático de Filologia Românica, mas também ministrando cursos sobre Dialetologia, em diversas

³ O segundo volume foi publicado em 1961.

⁴ Refere-se ao Atlas Linguístico de la Península Ibérica, cujos inquéritos se realizaram entre 1931 e 1936, embora a sua publicação só tenha ocorrido em 1962.

universidades brasileiras⁵, sempre insistindo na necessidade de “criar-se uma mentalidade dialetológica”, como explicita no capítulo introdutório do *Guia para estudos dialectológicos: No Brasil, terra onde estão em princípio os estudos de Filologia Românica, é preciso, antes de mais nada, criar mentalidade dialectológica, preparando um ambiente favorável às pesquisas de campo* (Silva Neto, 1957, p. 9).

Essa obra resulta, segundo o autor⁶, de um curso ministrado, em 1955, na Faculdade Catarinense de Filosofia. A 2ª. edição, melhorada e ampliada, foi publicada em 1957, com o acréscimo de um Curso de Dialectologia Brasileira, ministrado em Manaus, a convite do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia⁷.

No Rio Grande do Sul, em 1957, Silva Neto ministrou um *Curso de Dialectologia*, preparatório para o 1º. Congresso de Dialectologia Brasileira que se realizaria em 1958, evento de grande importância para o desenvolvimento dessa área, tendo contado com a participação de diversos pesquisadores.

Aproveitando a permanência em algumas áreas, o pesquisador fez também sondagens dialetológicas, no Rio Grande do Sul, em 1957, e, no Recôncavo baiano, na Vila de São Francisco do Conde, em 1956, ao vir à Bahia, a convite da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia.

A preocupação com a importância de formar-se essa “mentalidade dialetológica”, sempre presente em seus pronunciamentos, levou-o a criar o *Centro de Dialectologia Brasileira*, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1953, por ocasião da 1ª. Reunião de Antropologia, marcando, também, assim, a relação entre as pesquisas linguísticas e etnográficas, preocupação muito presente, à época, nas pesquisas dialetológicas, e criar, em 1955, a *Revista Brasileira de Filologia*, revista que dirigiu até sua morte.

Congressos realizados entre 1956 e 1959

Os Congressos que se realizaram na segunda metade do século XX não só forneceram dados para o conhecimento da língua portuguesa no Brasil, apresentando alguns resultados das primeiras pesquisas sistematicamente aqui realizadas, como propiciaram importantes discussões sobre a realização de um Atlas Linguístico para o Brasil, o que levou alguns pesquisadores a destacá-los como marcos na história da Dialectologia no Brasil, como se lê em Brandão (1991):

À semelhança do que fez Herculano de Carvalho em relação a Portugal divide-se, aqui, a história da dialectologia no Brasil em duas épocas, propondo-se como marco divisório o período que se estende de 1957 a 1959 quando se realizam o 3º. e o 4º. Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros (1957 e 1959), o 1º. Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia (1958), o 1º. Simpósio de Filologia Românica (1958) e se publica, pela Casa de Ruy Barbosa, a primeira parte das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958), de Antenor Nascentes (Brandão, 1991, p. 42).

E em Castilho (1972-1973, p. 126) consta: *Os estudos dialetológicos no Brasil têm seu divisor de águas no período compreendido entre 1953 (fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, no Rio de Janeiro) e 1958 (I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Porto Alegre).*

O I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia congregou pesquisadores de diversos pontos do Brasil, com apresentação de trabalhos, realizados ou em andamento.

⁵ Cf. Santa Catarina, em 1955; Manaus e Bahia, em 1957; Rio Grande do Sul em 1954 e em 1957.

⁶ Cf. Silva Neto, 1957, p. 5 (Prefácio da 1ª. edição).

⁷ O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi criado em 1952, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Destaca-se aqui, a comunicação apresentada por Diego Catalán, intitulada *Dialectologia y estructuralismo diacrónico*, que se reporta ao tema “crise da Dialectologia”, observando: “Os estudos não passam do descritivismo linguístico, cujo objeto de exame é a língua dos sujeitos rurais; não buscam renovação, mas imobilismo de seus cultivadores”. Esse tema vai ser bastante discutido mais tarde e, no XXII Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, realizado em Bruxelas, em 1998, vai dar origem ao que se passou a denominar Dialectologia pluridimensional, que soma variáveis sociais à diatópica (Thun, 1998).

No discurso de encerramento, Silva Neto ressaltou o “grande passo” representado pelo I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia *no sentido de criar ambiente propício ao tão desejado e necessário Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil*, expondo sua convicção de que essa obra se realizaria, no trecho com que encerra a sua fala:

Este I Congresso de Dialectologia e Etnografia constituiu um grande passo no sentido de criar ambiente propício ao tão desejado e necessário *Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil*. [...] Nada, entretanto, nos deterá. Estou certo de que nenhum obstáculo, por mais penoso que seja, por mais sacrifícios que custem, nos impedirá de levar a cabo esta tarefa grandiosa e indispensável, que mais do que uma exigência de Filologia, é agora um imperativo patriótico. Bem sabemos (e aqui o digo com as palavras de Fernando Pessoa) que “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce!” (Amaral, 2019, p. 434).

O IV *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em agosto de 1959, em Salvador, está, segundo Rossi, diretamente ligado à realização do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), tendo em vista que a comunicação *Aspectos do Léxico Regional da Bahia*, apresentada por um grupo de 25 estudantes da última série dos cursos de Letras de 1959, serviu de base para o Extrato de Questionário que foi aplicado em 50 localidades baianas para a constituição do APFB.

A implantação no Brasil de Laboratórios de Fonética

A implantação de Laboratórios de Fonética, no Brasil, vinha sendo requerida por diversos pesquisadores como, por exemplo, os participantes do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em São Paulo, em 1937, que expressaram “um voto ardente para que os Governos da República e Estaduais criem nos institutos oficiais de cultura, gabinetes de fonética experimental” (Rossi, 1958, p. 5). No entanto, somente em 1956, implanta-se na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia o primeiro Laboratório de Fonética da América do Sul graças “à benemerência do magnífico Reitor, Dr. Edgard Santos, e aos esforços do foneticista português, Dr. Armando de Lacerda e do nosso patrício, professor Nelson Rossi”, nas palavras de Nascentes, ao prefaciá-la publicação de *Laboratório de Fonética na Bahia* (Rossi, 1961)⁸.

Ao finalizar o Prefácio, diz Nascentes: *Sem um estudo profundo da fonética, feito em bases científicas, será impossível o desejado ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL, que está confiado por lei à casa que traz o nome do filho dileto da Bahia* (Nascentes, 1961, p.8).

Atenta à necessidade de um Laboratório de Fonética para o treinamento dos pesquisadores, a realização de análises fonéticas e o arquivamento dos dados, Maria do Socorro Aragão, no início da década de 1970, com recursos obtidos do CNPq e da FINEP para a elaboração do *Atlas Lingüístico da Paraíba*, vai implantar, também na Universidade Federal da Paraíba (cf. Soares, 2020), um Laboratório de Fonética, com importação dos equipamentos dos Estados Unidos.

⁸ Publicação de duas conferências proferidas por Rossi, no Centro de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa. Nesse texto, Nascentes relata também seus esforços, desde 1929, quando conseguira verba para a aquisição, na Alemanha, dos aparelhos necessários à instalação de um Laboratório de Fonética no Colégio Pedro II e esses aparelhos não puderam vir ao Brasil, em virtude de ato da Revolução de 30, que proibiu a importação.

2 OS PRIMEIROS ATLAS LINGUÍSTICOS ESTADUAIS

A realização de atlas por Estado foi o caminho seguido pela Geolinguística no Brasil, que levou em consideração, apenas em parte, a sugestão de Silva Neto e Celso Cunha, em 1957, no 3º. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros que apontavam a realização de atlas por regiões para, ao final, completar informação sobre todo o país e constituir um Atlas Linguístico do Brasil.

No Brasil, os primeiros atlas se desenvolveram por Estado, e não por regiões, e seguiram orientações metodológicas diversas, sem a Supervisão da Comissão de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa, como requeria Nascentes, tendo ficado cada pesquisador responsável pelo seu Projeto. Desse modo, a sugestão de aproveitamento dos dados publicados nesses Atlas para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil não se concretizou.

2.1 Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)

O primeiro atlas linguístico brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), foi realizado no Laboratório de Fonética da então Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade da Bahia por Nelson Rossi, que contou com a colaboração de um grupo de 25 estudantes da última série do curso de Letras, entre os quais se encontravam Dinah Maria Isensee e Carlota da Silveira Ferreira⁹, que continuaram a participar da pesquisa, após a conclusão do curso, e constam do APFB como principais colaboradoras. O primeiro inquérito realizou-se em 31 de outubro de 1960 e o último em 7 de abril de 1961. Tanto o atlas quanto o seu volume de Introdução foram publicados pelo Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura¹⁰: o volume de cartas em 1963 e o de Introdução, em 1965.

O APFB, como primeiro atlas linguístico realizado no Brasil, no início da década de 1960, vai se ressentir da ausência de atlas anteriores com que dialogasse, assim como da inexistência, à época, dos recursos técnicos para o registro dos dados *in loco* (gravadores portáteis, possíveis de serem levados ao campo)¹¹, e para a preparação dos originais, com utilização de um alfabeto fonético, cujos símbolos não se encontravam em nenhuma máquina datilográfica¹². Ressaltam-se, ainda, a precariedade das estradas e dos sistemas de comunicação, assim como a ausência de infraestrutura das localidades do interior da Bahia¹³.

Os inquéritos foram registrados *in loco* pelos pesquisadores que, para realizarem a contento a transcrição fonética após a emissão por parte do informante, submeteram-se a “um rigoroso programa de trabalho no particular, que se estendeu de 11 de maio a 30 de outubro de 1960” (Rossi, 1965, p. 31).

Esse programa de preparação beneficiou-se das instalações do Laboratório de Fonética e do acervo já aí existente e se constituiu de quatro séries de exercícios, cada uma delas subdividida em quatro sessões. Na primeira e segunda séries, os futuros inquiridores transcreveram elocuições em russo; na terceira, textos cantados em nagô e, na última, textos emitidos por locutores portugueses

⁹ Dinah Maria Isensee Callou, atualmente, é professora emérita da UFRJ; Carlota da Silveira Ferreira é professora aposentada da UFBA. Ambas participam também do *Atlas Linguístico do Brasil*.

¹⁰ Criado durante o Governo Vargas, em 1937 (pelo Decreto-Lei nº 93, de 21/09/1937).

¹¹ As pilhas alcalinas começaram a ser produzidas no Brasil pela Microlite, em 1978, seguida pela Duracell, em 1984, e pela Eveready, em 1987. Durante as duas últimas décadas do século XX, a indústria de pilhas e baterias cresceu vertiginosamente. (Cf.: Portal São Francisco, 2016).

¹² O alfabeto utilizado foi o Lacerda-Hammarström, utilizado por Armando de Lacerda no Laboratório de Fonética de Lisboa, adotado por Nelson Rossi.

¹³ Alguns exemplos dessas dificuldades estão relatados em: Moreira, Mota e Reis (2023), no texto elaborado por Ferreira e Mota, em homenagem a Dinah Callou, em 2022, no VI Congresso Internacional de Dialetologia e Sociolinguística, na UFMS (Mota; Ferreira, 2023).

para, finalmente, chegarem aos registros de inquéritos preliminares já realizados na Bahia, incluindo canções.

Os atlas que se seguiram ao APFB já tiveram os inquéritos registrados, pela possibilidade de aquisição e uso de aparelhos de gravação.

As dificuldades com a preparação dos originais das cartas do APFB estão minuciosamente relatadas no volume de Introdução e dão ideia da tarefa de, naquela época, elaborar transcrições fonéticas para a impressão da obra, com a ajuda de desenhistas e a utilização de normógrafos (Rossi, 1965, p. 38-40).

2.2 Atlas Publicados entre 1977 e 1987: EALMG, ALPB e ALS

Ao APFB, seguiram, por ordem de publicação, os atlas estaduais de Minas Gerais (1977), Paraíba (1984), Sergipe I (publicado em 1987, apesar de ter os originais prontos desde 1973)¹⁴ e Paraná (apresentado como Tese de Doutorado em 1990, publicado em 1994), os dois primeiros, dentro da metodologia monodimensional, como o APFB; os dois últimos já bidimensionais, como observado por Thun (1998):

Les premiers représentants d'un atlas linguistique systématiquement pluridimensionnel sont L'*Atlas Linguístico de Sergipe*, Bahia, 1987, de Carlota da Silveira FERREIRA *et alii*, le microatlas aranéen contenu dans la monographie de Otto WINKELMANN (1989) et l'*Atlas Linguístico do Paraná* (ALP), Curitiba, 1994, de Vanderci de Andrade AGUILERA, ouvrages qui ont le grand mérite d'être déjà publiés. Ces trois atlas sont bidimensionnels. Les deux atlas brésiliens ajoutent à la dimension diatopique la variable diasexuelle que s'étend, en principe, à tous les points du réseau. Le petit atlas d' O. WINKELMANN est diatopique et diagénationnel (39 localités, 3 groupes d'âge) (Thun, 1998, p. 375).

2.2.1 Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)

O *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), de autoria de Mário Roberto Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Pereira Gaio, inicialmente previsto em quatro volumes, teve, por circunstâncias diversas inerentes a obras desse tipo, apenas o 1º. volume publicado, em 1977.

Sobre as dificuldades para a realização dos inquéritos, em 116 municípios de Minas Gerais, sem financiamento, relatam os autores, no capítulo introdutório:

O começo foi duro. O número de aulas não pôde ser reduzido e as despesas eram grandes. Condução, hotel, refeições, tudo corria por nossa conta: o carro era nosso, nossa a fita, nosso o gravador. Só pouco a pouco, pois poucos eram os recursos da Universidade, fomos recebendo, ainda que de forma insuficiente, o material para a coleta de campo (Ribeiro *et al.*, 1977, p. 20).

¹⁴ Em 2005, Suzana Alice Cardoso publica o *Atlas Linguístico de Sergipe II*, apresentado como Tese de Doutorado, em 2002, que retomava parte dos dados linguísticos registrados nos inquéritos realizados em Sergipe, em 1967-8, não utilizados na elaboração do primeiro volume do ALS (Cardoso, 2005).

As entrevistas ocorreram “sempre que possível, numa conversa, *ao mesmo tempo*, com vários informantes, sendo um o principal, enquanto os demais confirmavam ou enriqueciam as informações” (Ribeiro *et al.*, 1977, p. 28).

Com relação à pesquisa indireta, informam os autores:

Após as primeiras cinquenta gravações, quando já se esboçavam os primeiros limites virtuais — isófonas e isoléxicas — paralelamente, iniciou-se o envio de uma correspondência a todo o estado, que, hoje, já atingiu 302 localidades [...] com a finalidade de comprovar, no *domínio do léxico*, a validade ou não da isoléxica “traçada”, na precisão de seu limite” (Ribeiro *et al.*, 1977, p. 30).

Para o registro dos dados do EALMG, os pesquisadores dispuseram de “gravadores estereofônicos japoneses, marca AIWA TP I 104, *stereo*, cassette [...]. Movido a corrente alternada 110-120 ou 220-240 volts.” Chamam, porém, a atenção do leitor para o “justo peso de 4 kg” que precisavam carregar até o local das entrevistas (Ribeiro *et al.*, 1977, p. 3).

2.2.2 Atlas Linguístico da Paraíba (ALPb)

O *Atlas Linguístico da Paraíba* (ALPb), de autoria de Maria do Socorro Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, previsto para três volumes, teve também apenas os dois primeiros publicados em 1984 - o 1º. volume, com 149 cartas (lexicais, seguidas das fonéticas correspondentes) e o segundo, com a análise das formas e estruturas linguísticas encontradas, do ponto de vista fonético-fonológico e morfossintático e um glossário das variantes cartografadas.

Para a realização do ALPb foram entrevistados de três a dez indivíduos em cada localidade, com idades entre 30 e 75 anos, analfabetos ou com baixo grau de escolaridade, em um total de 100 municípios, “25 escolhidos como base e mais três satélites para cada base [...], cobrindo todo o Estado” (Aragão; Menezes, 1984, p. 77).

2.2.3 Atlas Linguísticos de Sergipe (ALS) I e II

A coleta preliminar de dados em Sergipe iniciou-se em 1965, logo após a publicação do APFB, com o objetivo de delimitar outra área do chamado “falar baiano”, na divisão apresentada por Nascentes (1953), mas os inquéritos definitivos só vieram a se realizar em 1966 e 1967.

O questionário aplicado nessa área mantém todas as questões que constavam do Extrato de Questionário utilizado para o APFB, com o acréscimo de outras, sugeridas pelas sondagens preliminares realizadas em Sergipe. Como já se dispunha, naquela época, de gravadores portáteis, a pilha, foi possível o registro de todos os inquéritos, em 15 localidades do Estado, o que forneceu um grande volume de dados que, além de aproveitados para a elaboração de dois atlas, têm sido utilizados em dissertações e artigos.

O ALS I teve os seus originais prontos em 1973, mas, por ausência de financiamento para obras dessa natureza, só foi publicado em 1987, conjuntamente pela Universidade Federal da Bahia e a Fundação Estadual do Estado de Sergipe. Consta, em sua maioria, de cartas fonéticas (*analíticas*) e outras resumidas (*mistas*) em preto e branco. O ALS II (Cardoso, 2002), tese de doutoramento de Suzana Alice Cardoso teve uma publicação preliminar, em 2005, financiada pela própria autora. As cartas são do tipo *misto*, com símbolos coloridos, dispostos no interior e na legenda, além de conterem escala, gráficos e outros elementos da Cartografia.

O ALS I seguiu de perto o APFB, com a apresentação de cartas com o mesmo tema nele tratado, acrescentando algumas cartas que reuniam dados inéditos da Bahia e de Sergipe. O ALS II se ocupou de 105 questões não exploradas no ALS I, referentes à área Homem.

2.3 Atlas Projetados nas décadas de 1980 e 1990: ALPR, ALECE, ALERS e ALMS

Ainda na década de 1980, foram projetados o Atlas Linguístico do Paraná - ALPR (Aguilera, 1990, 1994, 1996) e o ALPR II (Altino, 2007); o Atlas Linguístico do Ceará - ALECE (Bessa, 2010); o Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil - ALERS (Koch; Altenhofen; Klassman, 2002) e (Altenhofen; Klasmann, 2011). E, na década seguinte, o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul – ALMS (Oliveira, 2007).

O ALPR (Aguilera, 1994, 1996) encerra o século XX como o quinto atlas publicado e o último elaborado artesanalmente. Fruto da tese de doutoramento da autora, defendida em 1990, é o segundo atlas bidimensional por aplicar, sistematicamente, o questionário a um homem e a uma mulher em cada uma das 65 localidades selecionadas de acordo com critérios linguísticos, geográficos e históricos.

Quanto ao perfil dos informantes, por se tratar de atlas idealizado nos moldes da Geolinguística Tradicional, investigaram-se falantes do campo ou ligados a atividades rurais; analfabetos, ou com escolaridade máxima de quatro anos na faixa de 30 a 55 anos de idade¹⁵.

A coleta de dados *in loco* (de 1985 a 1989) foi feita com o auxílio de gravadores de voz e toca-fitas portáteis que funcionavam em corrente alternada, mas, por se tratar de pesquisa em área rural, optava-se pelo uso de pilhas alcalinas. Esses aparelhos trouxeram algumas vantagens e muitos desafios para a dialetóloga pouco habituada a operar aparelhos de “alta tecnologia”. Se o APFB contou com o esforço e a habilidade dos inquiridores para enfrentar a dificuldade de transcrever simultaneamente as respostas, o ALPR enfrentou outras ao manipular esses instrumentos portáteis, tais como: (i) controlar a durabilidade das pilhas: muitas vezes a entrevista ficava no meio, ou era perdida totalmente; (ii) “rebobinar” a fita para verificar a qualidade da gravação, ou para fazer a cópia para transcrição. Às vezes o aparelho “mascava” a fita e lá se perdia todo o trabalho; (iii) controlar os seis teclados (*record, rew, play, ff, eject, stop*) cuja disposição variava de aparelho para aparelho e, no calor da entrevista, confundir o ícone e deletar tudo; (iv) posição e distância do fone embutido: aparelho muito próximo inibia o informante; se afastado, captava ruídos externos e a voz se tornava praticamente inaudível.

O Questionário do ALPR, inspirado em Caruso (1983), envolve dois grandes campos: o Homem e a Terra. Abrange 325 perguntas dos tipos *naming, completing* e *talking questions*, esta última destinada às narrativas sobre lendas e superstições, além da narrativa de natureza pessoal. Após a entrevista, preenchia-se uma ficha com os dados pessoais e sociais do informante (nome, sexo, idade, profissão, viagens...). Posteriormente, as entrevistas eram transcritas grafematicamente, em sua totalidade, e foneticamente, os itens que suscitavam interesse dialetal (realização dos róticos, do /l/ pós-vocálico, e das proparoxítonas...). Transcritos os áudios, como não se dispunha na época de microcomputadores (PC), procedia-se ao recorte da resposta de cada uma das questões, seguindo a ordem do Questionário, agrupando-as em fichário próprio (eram milhares de fichas). A próxima etapa consistia na contagem manual (não se dispunha do Excel) de

¹⁵ Nem sempre foi possível contar com informantes dentro desse perfil por residirem perto da cidade e terem acesso fácil à escola. Ao final, quanto à escolaridade o universo dos informantes compôs-se de 59,3% analfabetos, 37,7% primário incompleto e 3,00%, com primário completo. Quanto à faixa etária, 3% têm entre 27 e 29 anos; 91,1%, entre 31 e 55 e 6,90% entre 56 e 62 anos de idade.

cada variante lexical coletada na fala de cada um dos 130 informantes e, ao final, selecionavam-se os itens para análise e cartografiação.

O ALPR II, fruto da tese de doutorado de Altino (2007), deu continuidade ao mapeamento dos falares paranaenses aproveitando as demais respostas não contempladas no ALPR. Altino serve-se da informática e dos recursos do Corel Draw¹⁶ para a elaboração das cartas, numeradas de 192 a 366. Inova, ao anexar às 175 Cartas fonéticas e lexicais, duas outras no método dialetométrico, com o índice relativo de distância dialetométrica (Carta 367) e o índice relativo de identidade (Carta 368).

O ALPR e o ALPR II somam juntos 366 cartas, sendo 217 lexicais do tipo *misto*¹⁷; 120 fonéticas, das quais 32 são *analíticas* e 88 *mistas*; e 29 *sintéticas*, de isófonas e isoléxicas.

Para o ALPR, a cartografiação dos dados seguia uma *linha de produção*: (i) elaboração da carta-base com o auxílio de um geógrafo; (ii) seleção dos itens a serem cartografados; (iii) feitura de cartas-piloto e encaminhamento para a equipe de desenhistas e arte final; (iii) no caso das cartas *mistas*, desenho e pintura de círculo(s) com o auxílio de um normógrafo e canetas coloridas, no interior da carta, em cada um dos pontos; (iv) encaminhamento da carta para outro profissional (datilógrafo) para inclusão do título, legenda e notas no verso de cada uma delas; (v) revisão final e (vi) encaminhamento do material para o setor de fotocópias.

Nas cartas *mistas*, os símbolos eram coloridos em vermelho, azul e preto. Quando o rol de variantes excedia o número dessas três cores, os símbolos eram preenchidos pela metade, ou deixados vazios porque, para a impressão, quanto mais cores, mais elevado o custo de cada carta. Se a publicação de cartas coloridas era um desafio para os geolinguistas do final do século XX, essa dificuldade era bem maior para aqueles do final dos anos 1800, quando a geolinguística dava seus primeiros passos. A propósito, é interessante relembrar o comentário de Sever Pop (1950, p. 1172): “J. Gilliéron a indiqué par diferentes couleurs les principaux phénomènes reproduits sur les cartes du Petit Atlas Phonétique du Valais Roman, en *coloriant lui-même tous les exemplaires*, afin d’épargner à sa bourse des frais qu’elle n’aurais pu supporter”. Essa foi a técnica usada pelo ALPR, seguindo as pegadas do APFB e do EALMG: colorindo um a um os círculos-símbolos das variantes coletadas.

A feitura das cartas fonéticas *analíticas* seguia outro protocolo: (i) seleção dos itens com o fenômeno a ser cartografado (róticos em coda ou ataque, encontros consonantais com /l/, proparoxítonas...); (ii) transcrição fonética, variante por variante, em cada ponto e de acordo com o registro de cada informante. O Alfabeto Fonético Internacional foi adaptado aos recursos tipográficos da máquina de datilografia elétrica IBM (“muito avançada para a época”). Para representar o [ʒ], por exemplo, datilografava-se o [z] e, manualmente, desenhava-se abaixo o semicírculo. Seguiu-se a mesma técnica para registrar a palatal nasal [ɲ], o retroflexo [ɽ]... uma vez que o dispositivo (margarida) não continha esses símbolos; (iii) datilografia das Notas no verso da carta; (iv) revisão, correção de cada carta e encaminhamento para o setor de fotocópias.

Quanto às cartas *sintéticas*, contava-se com a colaboração do geógrafo que delimitava, manual e intuitivamente, por meio de hachuras em preto, o espaço de cada isoléxica ou isófona.

Para a publicação do volume de cartas do ALPR, a autora não conseguiu apoio de nenhuma editora, ou de fundação de amparo à pesquisa, nem de qualquer órgão ligado à educação ou à cultura, embora tivesse recorrido a todos eles. O Atlas foi subvencionado pela Secretaria de Segurança e Justiça e impresso na Gráfica Oficial do Estado do Paraná (1994).

¹⁶ O Corel Draw é um programa de desenho vetorial bidimensional para design gráfico desenvolvido pela Corel Corporation, Canadá, em 1989.

¹⁷ De acordo com Montes Giraldo (1987) as cartas podem ser do tipo: *literal analítico* quando, em cada ponto, se transcrevem as respostas tal como se recolheram; *sintético*, quando se realiza uma análise prévia e se reúnem os fenômenos iguais ou similares em determinado espaço geográfico formando zonas de isoglossas que se distinguem na carta por hachuras ou cores diversas; e *misto*, ou *analítico-sintético* em que não se dá a resposta literal, mas se sinaliza cada variante com um símbolo próprio indicado na legenda.

O ALECE (Bessa, 2010, p. 67-75) compõe-se de dois volumes: o vol. I - Introdução contém a metodologia e levantamento da bibliografia dialetal cearense. Resultado de um projeto que buscou associar os métodos da Dialetoлогия clássica tradicional aos propósitos da Sociolinguística, definiu o perfil social da amostra, segundo as variáveis *escolaridade*, *idade*, *sexo* e *localização geográfica* dos 261 informantes, sendo dois analfabetos e dois alfabetizados com curso de 1º grau maior completo, entre 30 anos e 60 anos (95,4%), dois homens (49,4%) e duas mulheres (50,6%) distribuídos pelos 67 pontos de inquérito. A coleta dos dados *in loco* seguiu o Questionário elaborado sobre 16 campos semânticos e 306 quesitos que compreendem 583 itens (Bessa *et al.*, 1982).

O vol. II-Cartogramas¹⁸, “primeiro produto cartográfico do ALECE é constituído por 240 cartogramas, dos quais 132 são *fonéticos* e 108 *lexicais*” (Bessa, 2010) que recobrem 21 conceitos. Cada carta informa o Título, a Legenda com as variantes lexicais e as variantes fonéticas relativamente aos informantes analfabetos (Inf. Ø) e informantes alfabetizados (Inf. 1).

Sobre o produto publicado, Bessa (2010) esclarece:

[...] a intenção inicial dos membros da Equipe Científica do Projeto-ALECE era cartografar as respostas dadas pelos informantes aos 46 quesitos selecionados. [...]. Percebeu-se, mais precisa e concretamente, que, em muitos casos, as diversidades fonéticas e, conseqüentemente, as lexicais não são tão grandes e de tal ordem que se torna impossível manter a representação cartográfica das séries de mapas relativas a certos conceitos nos limites da estimativa acima enunciada (Bessa, 2010, p. 7-8, v. II).

O ALERS (Koch; Altenhofen; Klassmann, 2002; Altenhofen; Klassmann, 2011) é o primeiro atlas brasileiro a abranger uma região geográfica e a utilizar os recursos da tecnologia na construção das cartas.

Em síntese, a gênese do projeto compreendeu três momentos: (i) início do projeto ALERS, em 1980, por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; (ii) definição dos procedimentos para concretizar a ideia do Atlas, em 1982, incluindo pesquisadores das universidades federais de Santa Catarina e do Paraná; (iii) constituição da equipe interinstitucional, em 1987, sob a coordenação geral de Walter Koch da UFRGS, dando início à recolha dos dados.

Para a coleta *in loco*, serviu-se de um Questionário com cerca de 700 perguntas, incluindo questões semântico-lexicais, fonético-fonológicas e morfossintáticas, aplicadas em 275 pontos na área rural (100 pontos no Paraná, 95, no Rio Grande do Sul e 80 em Santa Catarina) e 19 para a urbana. Os 275 informantes (um por localidade) foram selecionados de acordo com os critérios da Dialetoлогия tradicional e as entrevistas registradas em fitas magnetofônicas, utilizando-se gravador portátil em corrente alternada e transcritas de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional.

O ALERS, além de interinstitucional e abranger toda uma região geográfica, inovou em vários aspectos: (i) quanto ao instrumento de coleta de dados, inseriu questões morfossintáticas (sobre gênero, pluralização, flexão verbal...); (ii) incluiu questões fonético-fonológicas específicas aplicadas em regiões de colonização não-portuguesa (alemãs, italianas, polonesas e ucranianas); (iii) desenvolveu “um *software* específico para a digitação do QSL, que permite tanto análises complexas de segmentos fônicos do *corpus*, quanto a produção automática de quadros de variantes”; (iv) desenvolveu vários programas, especialmente para a cartografiação (V. Altenhofen; Klassmann, 2011, p. 28).

A 2ª edição (Koch; Altenhofen; Klassmann, 2002) traz no Vol. 1 informações introdutórias e metodológicas, 54 cartas fonéticas e 93 morfossintáticas; o 2º volume (Altenhofen; Klassmann,

¹⁸ Supõe-se que os autores tenham utilizado o SPGDL - Sistema de Processamento de Dados Geolinguísticos para a elaboração das cartas.

2011) apresenta 374 cartas lexicais, além de Quadros de variantes para análises linguísticas suplementares.

Em 1994, o projeto Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul, iniciou-se por sugestão de Pedro Caruso e, como observam Nogueira e Isquerdo (2005) “foi-se concretizando lentamente na década de 1990 com a inclusão de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que, a convite da Professora Albana, passaram a fazer parte da equipe”¹⁹.

Esses quatro atlas concebidos nas décadas de 1980 e 1990 encerram mais um capítulo da história da Geolinguística no Brasil, mostrando convergências e divergências na planificação e metodologia de trabalhos dessa natureza. Quanto às convergências: (i) coleta *in loco*; (ii) informantes com o perfil proposto pela Dialectologia tradicional; (iii) instrumento de coleta semelhante, campos semânticos comuns (natureza, fenômenos naturais, corpo humano...).

Pontos de divergência: (i) dimensionalidade: atlas monodimensional (ALERS), bidimensional (ALPR) e pluridimensional (ALECE e ALMS); (ii) informantes por localidade: um (ALERS), dois (ALPR), quatro (ALECE, ALMS); (iii) rede de pontos²⁰: ALPR = 65 municípios dos 290 (22,4%); ALERS 275 dos 719 municípios (38,2%), o ALECE = 67 dos 141 municípios (47,5%) e o ALMS dos 32 dos 76 (42%); (iv) confecção das cartas: ALPR - artesanalmente; ALECE²¹ e ALMS, geradas pelo Sistema de Processamento de Dados Geolinguísticos (SPGDL); ALERS –tecnologia desenvolvida nas três universidades; (v) apresentação das cartas: ALPR = cores, para as cartas mistas; ALMS = símbolos em cores no interior da carta e Legenda em preto; ALERS e ALECE, cartas monocromáticas; (vi) aproveitamento do material recolhido: nº de questões X nº de cartas: ALPR e ALPR II – mapeamento de 100%²² dos dados; ALERS – 61% cartografadas e as demais descritas nos Anexos; ALMS – 153 das 510 perguntas lexicais (30%); ALECE – 21 das 306 questões apresentadas em cartogramas (6,9%) e 25 descritas (8,2%).

Poucos anos antes do apagar das luzes do século XX, retomando o sonho de um Atlas linguístico do e para o Brasil, idealizado por Nascentes, Silva Neto, Cunha e Rossi e sacramentado pelo Decreto 30.643 de 20 de março de 1952, nasce o Projeto ALiB (Brasil, 1952).

3 INAUGURAÇÃO DE UMA NOVA ERA DA GEOLINGUÍSTICA NO BRASIL: o Atlas Linguístico do Brasil-ALiB²³

Acreditando que a gênese e a metodologia do ALiB já foram tema de vários textos, portanto do conhecimento de boa parte dos leitores, trata-se nesta seção de aspectos mais específicos da cartografia que caracterizam esse atlas. Conforme consta do site:

Do ponto de vista da apresentação de dados linguísticos, pretende o ALiB inserir-se entre os atlas mais modernos, fornecendo, como os chamados atlas de 2a. geração, além das cartas linguísticas propriamente ditas, estudos interpretativos sobre alguns dos aspectos cartografados. E, seguindo a tendência contemporânea, acrescentar aos dados cartografados informações de natureza acústica que permitam o acesso direto à voz do próprio informante, [...] como nos denominados atlas de terceira geração (ALiB, 2023).

Concluída a etapa das entrevistas dos 1.100 informantes distribuídos pelos 250 pontos e após o percurso dos 277.851 km, segue-se o trabalho das transcrições grafemática e fonética. A primeira

¹⁹ Os professores citados são: Aparecida Negri Isquerdo, Maria José de Toledo, Ana Maria Pires de Oliveira e Dercir Pedro de Oliveira (Nogueira; Isquerdo, 2005, p. 236).

²⁰ Considera-se para cálculo o nº de municípios na época do lançamento do atlas.

²¹ Embora o ALECE não traga essa informação, deduz-se pela apresentação das cartas.

²² Exceto os referentes ao folclore e às crenças populares.

²³ Para informações mais detalhadas acerca da gênese e da metodologia do ALiB, sugere-se ao leitor que consulte o vol.1 – Introdução - Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso *et al.*, 2014) e ALiB (2023).

para a elaboração das cartas lexicais e a última para as cartas fonéticas. Nesta fase, após a decisão de cartografar parte dos dados das capitais, selecionaram-se os conceitos que serviriam de tema para os primeiros volumes do ALiB.

Dessa forma, o volume 2 do ALiB compõe-se de 44 cartas fonéticas que abordam os seis fenômenos mais recorrentes de variação no Português Brasileiro (realização do /E/ e do /O/ pretônicos, do E/ e do /O/ postônicos não finais, da lateral /l/ seguida de [i], do /r/ em coda silábica, do /s/ em coda silábica e do /t/ e /d/ seguidos de [i]). Quanto às cartas lexicais, foram mapeadas as respostas de 27 questões somando 56 cartas: variantes para *granizo*, *orvalho*, *tangerina*, *bicho-de-fruta*, *libélula*, *bolinha de gude*, *prostituta*, *semáforo* etc. Esse volume ainda traz sete cartas morfossintáticas: *o plural de degrau*, *o uso de tu e você*, *do pronome indefinido menos* e *do verbo haver impessoal*, além de duas cartas prosódicas. O volume 3 do ALiB (Mota; Ribeiro; Oliveira, 2022) contém os estudos interpretativos complementares às cartas do vol. 2.

A elaboração das cartas do volume 2 ficou sob a responsabilidade de equipe especializada, coordenada pela cartógrafa Dra. Ana Regina Teles e pela dialetóloga Dra. Silvana Ribeiro que, sobre as inovações do fazer cartográfico aplicadas ao ALiB, observam:

A primeira é que quase todos os atlas linguísticos publicados no país são conjuntos de cartogramas, por lhes faltarem informações essenciais para que possam ser enquadrados como conjunto de cartas: orientação, sistema de projeção, sistema de referência para as coordenadas e escala. [...]. A segunda grande diferença é que o ALiB está sendo apresentado primeiramente na versão analógica, mas, por ter sido concebido à luz da Cartografia atual, permite, em alguns casos, a apresentação em versão digital (Teles; Ribeiro, 2014, p. 114).

Sobre o mapa digital, as autoras ressaltam a relevância desse modelo, argumentando:

O mapa digital surgiu, portanto, da necessidade de agilização do acesso aos dados gráficos, georreferenciados, permitindo o seu cruzamento com dados alfanuméricos armazenados em computadores, podendo ter como resultado uma série de produtos além de mapas: relatórios, saídas em vídeo, filmes etc. Deve, assim, abranger, em seus arquivos, a representação da forma e da posição precisa de tudo que pode ser captado, até o limite do que é representável, considerando-se o processo de elaboração adotado (Teles; Ribeiro, 2014, p. 119).

No entanto, além das dificuldades advindas de um atlas pluridimensional, outros obstáculos desafiaram os responsáveis pela cartografia dos dados, no trabalho de georreferenciamento das localidades, tais como o “fato de a divisão política do Brasil estar continuamente em mudança, com a criação, extinção, desmembramento e fusão de municípios, ou mesmo, estados e regiões político-administrativas” (Teles; Ribeiro, 2014, p. 119).

Assim, para o ALiB, foi preparada uma carta-base para o Brasil, uma para cada Região Geográfica (cinco) e uma para cada Estado da Federação (26). Cada carta lexical, fonética ou morfossintática, elaborada sobre a base cartográfica, é rica em informações, tais como: título do atlas, título da carta, espaço para a pergunta, área reservada para a legenda, limites estaduais e internacionais, localidades, principais rios, entre outros. Todas as cartas são coloridas.

Como se pode observar, o ALiB inovou em vários aspectos, demarcando uma nova era da Geolinguística no Brasil. Nele se observam tanto os avanços metodológicos adequados à realidade vigente (informantes urbanos, faixas etárias e níveis de escolaridade diferentes, informantes homens e mulheres, questionário adaptado para captar os vários estilos de fala, inclusão de questões diarreferenciais) quanto os proporcionados pela Cartografia (Sistemas de Informações Geográficas) e pela Ciência da Computação (relatórios, mapas analógicos e digitais, vídeos, filmes), nesse caso com o assessoramento da Dra. Daniela Claro, que integra a Comissão de Informática e Cartografia do ALiB e vem desenvolvendo o projeto Mapa Falante do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve o propósito de trazer à reflexão parte da história da Geolinguística no Brasil no que tange à metodologia e às técnicas empregadas na elaboração dos primeiros atlas estaduais (APFB, EALMG, ALPB, ALS, ALECE e ALPR) e do primeiro atlas regional (ALERS), culminando com o atlas nacional (ALiB). O estudo procurou demonstrar o avanço dos estudos geolinguísticos que, partindo de atlas monodimensionais e bidimensionais, chegaram aos pluridimensionais, inaugurados pelo ALiB e servindo de referência para projetos subsequentes. Buscou descrever o trajeto percorrido desde a construção das incipientes cartas ou cartogramas artesanais até os sofisticados mapas analógicos, digitais e, talvez em breve, atlas falantes.

A saga percorrida pelos geolinguistas brasileiros, de meados do século XX até o presente, merece ser contada com mais profundidade. Espera-se, porém, com este estudo, sensibilizar os jovens pesquisadores para a valorização do trabalho desenvolvido no passado, mas também para o aproveitamento de tudo o que as ciências complementares (Cartografia, Computação, Sociologia...) atuais e futuras podem oferecer para a Ciência da Linguagem e, em particular, aos estudos geolinguísticos.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci. *Atlas Linguístico do Paraná: apresentação*. Londrina: EDUEL, 1996.
- AGUILERA, Vanderci. *Atlas Linguístico do Paraná*. v. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AGUILERA, Vanderci. *Atlas Linguístico do Paraná*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista-UNESP, Assis, 2 v. 1990.
- ALiB. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Aspectos Gerais. Salvador, 2023. Disponível em: <https://alib.ufba.br>. Acesso em: 11 set. 2023.
- ALTENHOFEN, Cleo; KLASSMANN, Mário (org.). *Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS*. Cartas semântico-lexicais. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 2011.
- ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR II*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 2 v.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, [1920] 1981.
- AMARAL, Marisa Porto do. Um marco dos estudos dialetológicos: I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia. *Revista Investigações*, v. 32, n. 2, p. 419-435, dez. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353574259>. Acesso em: 11 set. 2023.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Palmeira Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: CNPq; Universidade Federal da Paraíba, 1984. 2 v.
- BESSA, José Rogério Fontenele (coord.). *Atlas Lingüístico do Ceará*. v. 1 – Introdução/Universidade Federal do Ceará; v. 2 – Cartogramas/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BESSA, José Rogério Fontenele et al. *Questionário do “Atlas Lingüístico do Estado do Ceará”*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1982.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A Geografia Lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 22 mar. 1952.

CARDOSO, S. A. M. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. Tese (Doutorado em Letras – Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CARDOSO, Suzana Alice *et al* (org.). *Atlas Lingüístico do Brasil*. v. 1 -2. Londrina: Eduel, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. v. 1-2. Salvador: EDUFBA, 2005.

CARDOSO, Suzana, FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARUSO, Pedro. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia; UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Rumos da Dialectologia Portuguesa. *ALFA*: Marília, v. 18-19. p. 115-153, 1972-1973. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3512/3285>. Acesso em: 11 set. 23.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil. Questionários*. Londrina: Eduel, 2001.

CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1., 1937, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

DIÉGUES JR., Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1960.

FERREIRA, Carlota *et al*. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

KOCH; Walter; ALTENHOFEN, Cleo; KLASSMANN, Mário (org.). *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS*. v. 1 – Introdução, v. 2 – Cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 2002.

KOCH; Walter; ALTENHOFEN, Cleo; KLASSMANN, Mário (org.) *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS*. Cartas fonéticas e morfossintáticas. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 2002.

MONTES GIRALDO, José Joaquín. *Dialectología general e Hispano Americana* orientación teórica, metodológica y bibliográfica. 2. ed. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

MOTA, Jacyra Andrade; FERREIRA, Carlota da Silveira. Dinah Callou: a dialetóloga e a sociolinguista. *In*: MOREIRA, Josane; MOTA, Jacyra; REIS, Regiane (org.). *Contribuições para a Linguística Brasileira – uma homenagem a Dinah Callou*. Campo Grande: UFMS, 2023. p. 15-24.

MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa; OLIVEIRA, Josane Moreira (org.). *Atlas Lingüístico do Brasil: comentários às cartas linguísticas 1*. v. 3. Londrina: Eduel, 2022.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1961. v. 2.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

- NOGUEIRA, Albana Xavier; ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul. Gênese e trajetória. In: AGUILERA, Vanderci. *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005. p. 228-250.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro de (org.). *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2007.
- POP, Sever. *La Dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Université de Louvain. Recueil de travaux d'histoire et de philologie. 3ème. série, fascicule 38. Louvain: Chez L'auteur; J.Duclot; Gembloux, 1950.
- PORTAL SÃO FRANCISCO. *História das Pilhas*. Limeira, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/fisica/historia-das-pilhas>. Superior Tribunal de Justiça. Acesso em: 11 set. 23.
- RIBEIRO, José *et al.* *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Introdução. Questionário Comentado. Elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1965.
- ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- ROSSI, Nelson. *Laboratório de Fonética na Bahia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.
- ROSSI, Nelson. Laboratório de Fonética na Bahia. Breve notícia sobre a sua criação e instalação. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. v. 4, p. 5, 1958.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed., Belém: Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SOARES, Maria Elias. Socorro Aragão e a Linguística no Nordeste: Roteiro biobibliográfico. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 1, p. 7-11, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31545/1/2000_art_mesoares.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.
- TEIXEIRA, José Aparecido. *Dialectologia Portuguesa: a linguagem de Goiás*. São Paulo: Anchieta, 1944.
- TEIXEIRA, José Aparecido. O falar mineiro. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 45, p. 5-100, 1938.
- TELES, Ana Regina Torres Ferreira; RIBEIRO, Silvana Soares Costa. A cartografia dos dados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* (org.). *Atlas Linguístico do Brasil*. v. 1. Londrina: Eduel, 2014. p. 113-133.
- THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 22, 1998, Bruxelles. v. 3. *Actes [...]*. Tübingen: Max Niemeyer, 2000. p. 367-388.